



REALIDADE BRASILEIRA
**Subsídios para compreender
e atuar no cenário político**

**A realidade brasileira
e os desafios do PT:
justiça tributária**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



EXPEDIENTE

**A realidade brasileira
e os desafios do PT: Justiça tributária**

Paulo Tarciso Okamoto: Presidente
Brenno Almeida: Vice-presidente

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica
Valente e Naiara Torres.

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre
Macedo de Oliveira, Carlos Henrique
Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

Painelistas

Adriana Marcolin
Sandra Brandão
Rodrigo Toneto

Mediação

Brenno Almeida

Comissão técnica

Andressa Caprecci
Ana Flávia Marx

Assessoria de evento

Gabriela Miranda

Edição do texto

Tânia Caliarí

Projeto gráfico e diagramação

Gladson Targa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

4

ABERTURA

5

**POLÍTICA TRIBUTÁRIA JUSTA É FUNDAMENTAL
PARA MELHORAR A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**

6

**AVANÇAMOS EM MUITOS PONTOS, MAS MUDAR
O SISTEMA TRIBUTÁRIO É REVOLUCIONÁRIO**

11

**ESTAMOS ENTRE OS PAÍSES MAIS RICOS
E ENTRE OS MAIS DESIGUAIS**

15



APRESENTAÇÃO



Foto: Sérgio Silva

Por um Brasil mais justo e com oportunidades para todos

A coleção de cadernos com subsídios sobre a realidade brasileira e os desafios do PT faz parte dos esforços do Partido dos Trabalhadores e da Fundação Perseu Abramo (FPA) para a formação política de sua militância, dirigentes e gestores, ao fornecer um conjunto de ideias para o debate e elaboração de políticas públicas sobre temas relevantes e contemporâneos que desafiam a sociedade brasileira.

A realização desses eventos faz parte dos esforços partidários e da Fundação Perseu Abramo para estimular a formação política de militantes, filiados e dirigentes, aperfeiçoar

nossos argumentos para o debate junto à sociedade, e contribuir para a elaboração e proposição de políticas públicas.

Este caderno apresenta as exposições e discussões do seminário A realidade brasileira e os desafios do PT: Justiça Tributária, realizado no dia 31 de julho de 2025, na Fundação Perseu Abramo, em São Paulo. Este tema faz parte da nossa história. Desde quando o PT nasceu defendemos que um país mais justo, com o Estado brasileiro apoiando quem mais precisa.

Baseado nesta nossa defesa histórica, defendemos que os super ricos contribuam mais

com as contas e quem recebe menos, pague menos impostos. Assim como setores como bancos, bilionários e bets também paguem mais e, assim, possamos ter mais recurso para investir em áreas estruturais e programas sociais.

Contamos com a colaboração de nomes de "peso", autoridades no debate como Adriana Marcolino, diretora técnica do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos); Sandra Brandão, economista e especialista em políticas públicas e chefe de gabinete adjunto de Informações em Apoio à Decisão do Gabinete Pessoal do Presidente da República, e Rodrigo Toneto, doutorando em Economia e pesquisador do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas). A mediação foi da nossa diretora da FPA, Elen Coutinho.

A tarefa destes companheiros e companheiras é ajudar os nossos militantes pelo Brasil a fora para que saibam por que é importante ter essa justiça tributária no Brasil. Explicar por que é importante o rico pagar um pouquinho mais

para que as pessoas que ganham até R\$5 mil não paguem nada. E o cara que hoje não paga imposto de renda? O que ele ganha? Também é importante saber sobre isso.

Ao debater este tema de maior relevância, vamos ter a oportunidade de explicar que a política tributária que o governo do PT está fazendo não é uma política que vai tomar o dinheiro de todo mundo. É uma política que pode fazer com que o país entre, de novo, numa dinâmica importante de criação de emprego, crescimento e de desenvolvimento.

Companheirada, teremos muita coisa a aprender com estes textos.

Espero que possam estudar e se preparar para os debates e para ganhar mais pessoas para essa nobre causa que é transformar o Brasil.

Bom estudo e boa luta,

Um abraço,

Paulo Okamoto

Presidente da Fundação Perseu Abramo ■



POLÍTICA TRIBUTÁRIA JUSTA É FUNDAMENTAL PARA MELHORAR A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA



“Antes do reajuste da tabela do Imposto de Renda, quem ganhava até R\$5 mil contribuía com 9,57%, enquanto os salários de mais de R\$50 mil pagavam apenas 2,5%.”

Adriana Marcolino
Diretora técnica do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)

Foto: Divulgação/DIEESE

Eu quero destacar inicialmente o papel de uma política tributária para um país e, dentro disso, apresentar a questão da nossa tabela do imposto de renda, que é um ponto importante dessa política. Uma política tributária, assim como outras políticas, é fundamental para o desenvolvimento econômico. Ela deve, inclusive, ser estruturada para servir à construção da política econômica e social de um país. Mas, para que o sistema tributário possa de fato promover o desenvolvimento, é preciso garantir alguns princípios. Acho que dois princípios que devem ser observados e que são muito caros à justiça tributária são o da capacidade contributiva e o da progressividade.

O que é capacidade contributiva? Bom, cada cidadão vai contribuir para financiar o Estado, particularmente as políticas públicas de saúde, educação, moradia, políticas públicas de promoção do trabalho e outras. E cada cidadão deve contribuir para essas políticas de acordo com sua capacidade contributiva. Então, quem tem uma renda menor contribui com uma quantidade menor, e quem tem uma renda maior contribui com uma capacidade maior. Esse é um princípio muito caro e está previsto na Constituição quando trata da contribuição tributária, assim como a progressividade, que faz com que a tributação cresça proporcional-

mente ao aumento da renda das pessoas.

À medida que temos uma contribuição tributária que leva em conta a capacidade contributiva de cada cidadão, e temos um sistema tributário progressivo, esta política se torna um elemento fundamental para garantir uma distribuição de renda justa. Com os recursos dessa tributação, o Estado promove políticas que vão apoiar o conjunto da sociedade. Desse ponto de vista, podemos ter acesso à saúde, educação, moradia e a outras políticas, que acabam afetando positivamente a qualidade de vida da população na medida em que eu não vou precisar pagar uma escola, uma moradia ou um plano de saúde. Então, uma política tributária justa ajuda a distribuir a renda entre toda a população.

A Constituição Federal diz que é um direito o acesso à educação, moradia, trabalho, transporte, lazer, segurança, previdência social, maternidade, infância e assistência aos desamparados. Esse conjunto de serviços e ações precisam de financiamento. Só que, no Brasil, apesar da gente ter a garantia constitucional desses direitos, uma série de medidas foram sendo implementadas ao longo dos anos que abalaram esses princípios de tributação justa, de forma que o financiamento do Estado hoje é profundamente desigual.

Injustiça na tributação direta e na indireta

Um primeiro elemento que faz a tributação ser profundamente injusta é que uma parte muito relevante do nosso sistema tributário é realizada a partir de impostos e tributos indiretos, particularmente, sobre o consumo. Então, quando eu compro um quilo de arroz, uma pessoa que recebe um salário-mínimo vai contribuir com a mesma tributação que uma pessoa que ganha R\$50 mil. É razoável que a gente tenha impostos indiretos, mas, se eles compõem a maior parte da nossa tributação, isso significa que a gente está fazendo uma tributação injusta. Para termos uma ideia, os 10% mais pobres do Brasil contribuem com 23% do total dos tributos indiretos, enquanto os 10% mais ricos contribuem só com 8% dos tributos indiretos. Então, quando a gente paga pelos bens, serviços ou por produtos, acaba gerando essa distorção. E mesmo os impostos diretos no Brasil, como o Imposto de Renda, têm distorções, visto que também carregam elementos de regressividade, ou seja, não consideram a capacidade contributiva de cada um. A gente tem, então, distorções nas duas pontas. A distorção é menor na tributação direta, que incide sobre a renda diretamente, mas esta se soma às grandes distorções da tributação indireta.

Reajuste da tabela de Imposto de Renda

Na tributação direta, a defasagem no Imposto de Renda se dá porque a gente não tem reajuste periódico da tabela de alíquotas. Em 1996, por exemplo, se iniciou uma política de não reajustar anualmente a tabela de Imposto de Renda e, se a gente for considerar a partir daquele ano até agora, há uma defasagem de 134%. O primeiro efeito negativo do não reajuste é que cada vez mais pessoas entram na cobrança do imposto conforme seus vencimentos vão aumentando. Além disso, à medida que a tabela não tem seus limites reajustados, essa tributação direta

vai engolindo os trabalhadores de baixa renda. O segundo efeito negativo da defasagem é que aqueles que já contribuem pagando Imposto de Renda vão tendo alíquotas de contribuição cada vez mais altas.

Outro problema da nossa tabela é que a alíquota máxima hoje é de 27%, a mesma desde 1996. Para se ter uma ideia, países com níveis de desenvolvimento semelhantes ao do Brasil têm alíquotas bastante superiores. O México e a Argentina, por exemplo, têm alíquotas máximas de 35%, o Chile tem alíquota de 40%, e a China e a Índia, de 45%. Outro problema de distorção da nossa tabela é que, a partir da década de 1990, fomos reduzindo o número de alíquotas. Em 1976, a tabela do Imposto de Renda no Brasil tinha 16 faixas, e a alíquota máxima era de 60%. Nesse caso, o fato de termos um conjunto maior de alíquotas, pegando diferentes níveis de renda, ampliava a reciprocidade da tabela, além de impor maior cobrança a quem tem renda maior.



máximas afetando a arrecadação, uma forma de compensar a queda de recursos para o financiamento do Estado foi o corte de serviços públicos, além de deixar a classe trabalhadora pagar a conta com a defasagem da tabela.

Correção da tabela pelo governo Lula

É importante dizer que no primeiro e segundo governos Lula houve uma ampliação das alíquotas do Imposto de Renda, que foram de 3 para 4 faixas, e também um pequeno aumento da alíquota máxima. E agora, desde 2023, o novo governo vem atualizando a tabela. Nesse momento¹, julho de 2025, estamos discutindo no Congresso a proposta para isentar do Imposto de Renda todos aqueles que recebem até R\$5 mil mensais. Com esse ajuste, vamos praticamente zerar toda a defasagem da tabela desde 1996. Isso é muito significativo. E, para além disso, vamos ter um desconto escalonado entre aqueles que recebem entre R\$5 mil e R\$7.350 por mês.

Com essa medida, a gente vai impactar positivamente 26 milhões de pessoas. É um universo bastante significativo de cidadãos que ao longo dessas três décadas tiveram que contribuir com este imposto direto mesmo estando na base da pirâmide de renda do Brasil. Para a gente ter uma ideia, o imposto sobre uma renda de R\$6 mil é de R\$562, e com a nova tabela o contribuinte vai pagar \$150 mensais. Outra coisa é que quem tem uma renda tributável de R\$5 mil ficará isento do imposto e terá, ao longo do ano, um aumento em sua renda disponível de mais de R\$4 mil. Ou seja, a pessoa vai ter ao ano quase o valor de seu salário que vai ajudar na sua renda geral.

Uma das perguntas que são levantadas é: qual o efeito disso? O efeito é distributivo. Essas mudanças têm um efeito distributivo direto, na



medida em que você aumenta imediatamente a renda disponível das famílias, desses trabalhadores que têm renda tributável de até R\$5 mil. Teremos também um efeito positivo na economia. Quem ganha esse salário poderá gastar e consumir mais, o que aumenta o movimento do mercado interno e a nossa economia.

Essa medida tem como contraponto a ampliação da contribuição tributária daqueles que têm renda maior para compensar a perda de arrecadação com a isenção dos que ganham até R\$5 mil. E isso ajuda a reduzir a desigualdade tributária que a gente registra no país. Então, é uma medida significativa em vários sentidos. Ela reduz a desigualdade, aumenta a renda das famílias trabalhadoras que estão hoje aí com seus orçamentos apertados, e dinamiza o mer-

¹ A Lei nº 15.270/2025 isentando os salários até R\$5 mil do Imposto de Renda foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Lula em novembro de 2025, entrando em vigor em janeiro de 2026.



cado interno. Então, é bastante significativo.

Quem pode mais, paga mais

De acordo com os números do Ministério da Fazenda, a isenção do Imposto de Renda para os que ganham até R\$5 mil significa algo em torno de R\$25 bilhões ao ano, e para compensar essa queda de arrecadação, as pessoas que têm renda anual acima de R\$600 mil vão ter um complemento na sua contribuição tributária. Então, aquelas pessoas que hoje têm uma renda superior, se o imposto que elas pagam não alcançar a alíquota mínima, vão ter de pagar um complemento. Não é um imposto novo, não é uma alíquota nova, mas é um ajuste para que essas altas rendas possam contribuir mais. Para vocês terem uma ideia, com as alíquotas que hoje vigoram no Brasil, as pessoas que ganham até R\$5 mil contribuem com 9,57% de Imposto de Renda, enquanto as de altas ren-

das, acima de R\$50 mil, contribuem com 2,5%. Isso é uma disparidade bastante grande. Então, intervir nessa dinâmica tributária, que não considera a capacidade contributiva de cada um, é um movimento significativo para a gente melhorar nossa tributação.

É importante também destacar que, no caso da classe trabalhadora, o desconto do imposto é feito diretamente no holerite, na folha de pagamento, e não tem como sonegar. Já os altos rendimentos, que muitas vezes não vêm apenas do trabalho e dos salários, são subtributados ou isentos, e tem muitas chances de sonegação. Então, estamos adotando medidas que podem garantir que o andar de cima contribua mais, e este é um momento importante para que a sociedade discuta a justiça tributária.

O universo de pessoas que têm alta renda e que vão ter que complementar o valor pago de Imposto de Renda para contribuir o valor mínimo é de apenas 141 mil pessoas. Então, a gente vai beneficiar 26 milhões de pessoas com isenção e, em contrapartida, 141 mil pessoas que têm alta renda vão contribuir um pouco mais. É importante destacar que essa proposta prevê também a tributação de dividendos², que são subtributados no Brasil.

E por que é importante calibrar a contribuição das diferentes classes? Porque uma pessoa que ganha um salário menor usa todo o seu orçamento para satisfazer o conjunto de necessidades básicas. É bom lembrar que o salário-mínimo ideal calculado pelo DIEESE é de R\$7.500. Já os cidadãos de altas rendas resolvem os gastos básicos com seus salários e têm ainda outras fontes de renda, podendo então contribuir com valores maiores. Por isso é importante debater que a capacidade contributiva deve ser progressiva. Quem ganha mais, pode ter uma alíquota maior, porque tem uma

2 Dividendos são uma parte do lucro líquido de uma empresa que é distribuída aos seus acionistas (investidores) como forma de remuneração por terem investido na companhia.



Dialogar com a população sobre a importância de se financiar o Estado

Eu acho que, durante o debate de reajuste da tabela do Imposto de Renda no Congresso e na sociedade, a gente conseguiu fazer uma conversa com a população e demonstrar a importância de alterar a forma como a gente tributa a população brasileira. É importante dizer que tanto o movimento de mudanças da tabela, como as medidas de reajuste do IOF que foram propostas, são fundamentais para a gente começar a mudar essas injustiças. A gente tem que fortalecer o nosso campo para a gente conseguir avançar ainda mais.

Então, é importante que a gente mantenha uma atualização periódica da tabela, é importante que a gente tente ampliar faixas e alíquotas do Imposto de Renda, principalmente para os super ricos, e avançar na tributação dos lucros, dividendos, herança e grandes fortunas. Importante também é fazer revisão das isenções fiscais e uma maior fiscalização das sonegações. Vocês acompanharam em 2024 a tentativa de rever as isenções fiscais e a reação dos setores beneficiados. Isso indica o quanto a gente ainda precisa dialogar com o conjunto da sociedade para demonstrar como essas medidas são necessárias para garantir um Estado que atenda às necessidades do conjunto da classe trabalhadora, da população pobre.

Acho que é bom, como argumento, relacionar essa questão da tributação justa à redistribuição da renda, já que uma política tributária justa é uma forma de redistribuir renda por meio do financiamento e da oferta de serviços públicos pelo Estado. Por outro lado, é bom destacar também como o pessoal de alta renda busca manter o Estado subfinanciado, defendendo frequentemente a necessidade de ajuste fiscal, de austeridade, de Estado mínimo, e como esse discurso está atrelado à incapacidade do Estado de atender as necessidades e os direitos

capacidade maior de contribuição depois de suprir suas necessidades básicas.

O governo também apresentou uma proposta de aumento de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e teve uma gritaria gigantesca em relação a essa medida. Essa medida do IOF é bastante significativa, e também caminha no sentido da justiça tributária, na medida em que ela aumentaria o imposto sobre grandes operações, como as remessas internacionais de divisas, por exemplo, e outras que hoje estão isentas e que são usadas por alguns contribuintes para fugir da tributação. Então, esta seria uma medida bastante adequada para a gente corrigir essa distorção da tributação direta no Brasil.

que estão previstos na Constituição. Acho que devemos abordar esse tema explicando como a gente financia o Estado, qual o volume necessário para garantir todas as políticas públicas essenciais para o conjunto de brasileiros e bra-

sileiras, e mostrar como o outro lado quer nos colocar goela abaixo a necessidade de reduzir esse Estado, inviabilizando um país mais igual e uma distribuição de renda mais justa. ■

AVANÇAMOS EM MUITOS PONTOS, MAS MUDAR O SISTEMA TRIBUTÁRIO É REVOLUCIONÁRIO



“Saímos do Mapa da Fome e retomamos as políticas para diminuir as desigualdades, mas recuperar a dignidade do Estado enquanto arrecadador é fundamental.”

Sandra Brandão

Chefe de gabinete adjunta de informações em apoio à decisão do gabinete pessoal do presidente da República

Foto: Acervo pessoal

Quero falar aqui sobre o lugar que eu ocupo hoje, que é muito honroso para mim, que é estar no gabinete do presidente Lula. Considero que nós, que estamos associados a esse projeto, não podemos nos permitir, ou permitir a qualquer pessoa com a qual fazemos a interlocução, minimizar o trabalho que tem sido feito para reconstruir esse país. Dou esse testemunho porque a situação que encontramos ao chegarmos no governo em 2023, nem estou falando ainda da tragédia do 8 de janeiro, era muito pior do que conseguimos identificar durante a transição de governo e do que podíamos imaginar, em 2022, durante a campanha eleitoral. A gente não pode perder de vista, na minha opinião, que o desmonte do Estado, da capacidade do Estado de fazer políticas públicas, era um misto de incompetência, de desleixo, mas também era parte de uma estratégia. O Estado que não entrega o que a população espera e precisa se torna objeto de negação. E quando as pessoas começam a negar o Estado, aumenta o risco de negação da democracia. Em minha

opinião, esse é um contexto com o qual a gente tem que lidar hoje. E temos, adicionalmente, que mostrar o que fizemos até agora.

Nós estamos tentando voltar à normalidade, reconstruir o Estado. E nós temos novidades estruturais sim, embora possa parecer, à primeira vista, que a reconstrução que estamos fazendo é mais do mesmo. Não, não é mais do mesmo. É a retomada de um caminho de reconstrução da democracia e da igualdade no país. Trata-se de um governo que cuida das pessoas, que investe no país, que garante soberania, e eu acho que isso a gente pode encher a boca para defender. Não temos que ter nenhuma dúvida sobre isso. Eu vou mostrar três ou quatro fatos que ilustram um pouco essa nossa razão de orgulho.

O primeiro fato é que o Brasil está fora do Mapa da Fome de novo. Parece bobagem, mas é muito. A ONU apresentou o ranking da fome a partir de 2002, e desde o primeiro mandato do presidente Lula viemos decrescendo nes-

Outro dado que saiu indica que nós estamos no menor patamar de desemprego da história desse país. E isso também não é pouco. Essa queda é extraordinária. Isso significa emprego, significa renda, significa dignidade. Sobre a pobreza, ao tirar as pessoas da linha de pobreza, nós já conseguimos, em dois anos e meio, bater os recordes históricos que eram do governo da presidenta Dilma. Isso sintetiza o esforço imenso de um governo comprometido em retomar a normalidade de um Estado que deve funcionar para atender as demandas das pessoas.

Agora, nós precisamos saber que temos um desafio ainda. A desigualdade diminuiu, mas continua muito elevada. Nós estamos com o menor índice de Gini, que é um indicador tradicional de desigualdade. Mas, em 2024, último ano com dados disponíveis, 50% da população ainda ficava com apenas 17,8% da renda do país. Já os 10% mais ricos, mesmo tendo melhorado nosso Gini, ficavam com 39,8% da renda. Então, este é claramente um desafio que vem se colocando ao longo dos nossos mandatos, e é um desafio que cresce imensamente em importância quando conseguimos um resultado, em dois anos e meio de governo, que indica que estamos reconstruindo nossas políticas para voltar ao caminho de antes da tempestade.

As diferentes facetas da desigualdade

Como apontei, a gente volta a se confrontar com o imenso desafio de enfrentar a desigualdade. E por que? Aqui vou me permitir uma pequena digressão teórica com base num trabalho da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que elaborou uma matriz para explicar a desigualdade na América Latina, incluindo o Brasil. O ponto de partida da desigualdade em nossos países é estrutural, nós arrastamos desde sempre, e que tende a se reproduzir, porque a desigualdade limita o

exercício de direitos. Então, se o acesso a direitos é limitado e não chega a todos, obviamente a desigualdade vai se reproduzir. A desigualdade alimenta e é alimentada por uma matriz produtiva concentradora e excludente. E isso tem tudo a ver com a reforma tributária, como veremos mais adiante.

Uma coisa importante é que a desigualdade tem várias facetas. A gente fala várias vezes em desigualdade de renda, mas é muito mais do que isso. Tem uma faceta que é a desigualdade de meios, de acesso a ativos produtivos, e à propriedade. Eu tenho desigualdade de direitos, pois nem todos os brasileiros e brasileiras têm acesso à segurança, à educação, à saúde, etc. Nem todos brasileiros têm acesso à possibilidade de transformar sua vida. É o que todo mundo acaba vendo: "Ah, nasceu em família rica, é herdeiro, e quer se comparar com alguém que tem que se levantar todo dia às 4h da manhã, andar 2km". Então essa capacidade de transformar sua própria vida não está distribuída de forma igual.



Outro ponto muito relevante e que a gente tem que discutir é o da autonomia e do reconhecimento recíproco. Se eu não reconheço que as mulheres têm autonomia econômica e política, eu estou reproduzindo uma face da desigualdade. Se eu não reconheço as pessoas negras e os povos originários como detentores de direitos iguais aos meus, eu estou reproduzindo a desigualdade.

Ações para enfrentar as desigualdades

Então, como já aponte, a gente está sendo muito bem-sucedido em reduzir a fome, em reduzir a pobreza, mas temos o desafio de acelerar o enfrentamento desse problema estrutural da desigualdade. Mas se a gente for falar de desigualdade, quais são as ações que o governo Lula fez para enfrentar suas várias facetas? Dando só um exemplo, temos a política de valorização do salário-mínimo. Quando conseguimos aumentar o salário-mínimo acima da inflação, estamos dando poder de compra para uma grande parcela da população, e dinamizando o mercado consumidor. Temos também o programa Bolsa Família renovado com valores mais elevados, reconhecendo que as famílias são diferentes e que a primeira infância tem que ser mais protegida. Então, não é só retomar nossas políticas, mas retomar de uma forma que elas enfrentem as desigualdades. O novo Minha Casa, Minha Vida; o Mais Médico, que já dobrou de tamanho; o Farmácia Popular são programas que combatem a desigualdade. Uma pessoa que trabalhava comigo em São Paulo como diarista veio me contar que, se ela tivesse que ir ao posto do SUS para retirar o remédio que ela tinha que tomar, porque é diabética, ela teria que faltar um dia no trabalho. Quando chegou o Farmácia Popular, ela passou a pegar o remédio numa farmácia no caminho dela para o trabalho ou no caminho de levar o filho. Isso é diminuir a desigualdade de acesso à saúde. Isso, por incrível que pareça, é revo-

lucionário para quem precisa e não pode levar um dia para pegar um remédio ao qual todos nós temos direito, mas que ela teria que faltar ao trabalho para retirar. Isso é combater a desigualdade de acesso à saúde.

Chamo a atenção para várias outras coisas nesse sentido. A Escola Conectada está levando conexão digital para escolas mais afastadas; o Luz do Povo muda a forma de concessão do benefício e as pessoas que consomem até 80 kWh por mês não pagarão mais a conta de luz. É dinheiro que fica com as famílias para consumirem outras coisas. A Lei de Igualdade Salarial, que embora já estivesse prevista na CLT, agora está sendo, não só implementada, mas fiscalizada com instrumentos de contenção para aqueles que abusam. A nova Lei de Cotas para o Ensino Superior. Essa lei é de 2012 e fez um sucesso extraordinário ao transformar o perfil das universidades brasileiras, fazendo-as ficar com a cara da população brasileira. Isso é histórico. A Lei foi renovada, aprimorada. O mesmo ocorre com a Lei de Cotas no Serviço Público, mais recente, mas a expectativa é que ela ajude a transformar o serviço público. E por que isso é importante para combater a desigualdade? Porque tem gente que entra para ser gestor público e nunca conheceu o que é dificuldade. Se colocamos pessoas diferentes no serviço público, cada um pensando a partir de sua experiência, da sua história de vida, a chance de nós termos melhores políticas públicas é extraordinária.

Então, não menosprezemos o quanto tudo isso pode ser revolucionário. Tivemos o reajuste das bolsas de estudo e de pesquisa, em especial a bolsa de permanência, que casa com a Lei de Cotas. Temos a Política de Cuidados, o programa de Cisternas, e o reajuste da merenda escolar, que é fundamental para reduzir a fome, porque ainda tem um monte de gente nesse país que vai para a escola com a certeza



Federal) que diz que um assalariado que ganha R\$7 mil paga 644% a mais do que alguém que recebe esse mesmo valor na forma de lucro e dividendos. Eu não estou falando nem do rico e do pobre. O mesmo valor de R\$7 mil tem essa diferença quando cobrado do salário e quando cobrado do lucro.

Temos um sistema que trabalha com renúncias tributárias extremamente elevadas e que são, na maioria das vezes, pouco justificadas. Muitas renúncias eram justificáveis quando foram criadas, mas o tempo passou, os interesses políticos em torno delas foram se solidificando, e a gente não tem conseguido combater esses interesses. No ano passado, dentro dessas ações que são revolucionárias, o governo criou, por meio do Ministério da Fazenda, um instrumento de controle que é uma declaração que as empresas são obrigadas a preencher para a Receita Federal, chamada DIRBI³. É um nome complicadíssimo, mas é uma declaração na qual as empresas dizem o quanto elas recebem do Estado brasileiro na forma de renúncia e isenções. Para vocês terem uma ideia do que a gente está falando, em 2024, se-

gundo essas declarações – e não é o governo que está falando –, as empresas tiveram R\$333 bilhões em benefícios e isenções tributárias. Vocês sabem o quanto é o orçamento da Educação para 2025? R\$226 bilhões. Vocês sabem quanto é o orçamento para a Saúde em 2025? R\$246 bilhões. Provavelmente, parte dessas isenções se justificam, porque os setores beneficiados, inclusive, geram empregos, mas onde está a transparência para a gente ver? Isso é um problema que a gente tem com esse sistema tributário e que estamos enfrentando com a reforma que estamos fazendo, com os vários passos que estão sendo dados. É uma nova etapa para o país, com uma capacidade transformadora, estrutural, que esse mandato do presidente Lula está fazendo. Acho que a gente não tem ainda a dimensão do que isso vai significar, em minha opinião.

Legitimando o sistema tributário

Sabemos que um alívio tributário na base estimula o consumo e aquece a economia. Aí vem aquela pergunta: eu já não pago Imposto de Renda, que vantagem eu tenho? Tem vantagem sim, porque vai sobrar mais renda para quem paga, e isso vai gerar mais demanda para você, para o seu serviço, mais emprego e mais renda. Uma professora primária, que ganha o piso do magistério de R\$4.567 por mês, vai ter um adicional de renda de R\$3.950 no ano. Ou seja, ela vai ter 14º salário. Isso tem uma capacidade extraordinária de dinamizar a economia.

A gente vai, com esse conjunto de medidas e programas, diminuir privilégios. Isso é uma das coisas mais importantes que a gente vai fazer ao fortalecer a capacidade contributiva e ao diminuir os privilégios dos mais ricos: vamos ter a oportunidade de legitimar o sistema tributário brasileiro e fazer as pessoas pararem

3 A DIRBI (Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária) exige que as pessoas jurídicas informem mensalmente à Receita Federal sobre a utilização de incentivos ou benefícios fiscais federais. O objetivo é aumentar a transparência e o controle sobre essas vantagens fiscais, permitindo que a Receita avalie sua efetividade e impacto na arrecadação.

de repudiar o pagamento de tributos. Isso é importante porque odiar recolher tributos é odiar financiar a justiça social. É odiar as políticas que procuram diminuir a desigualdade.

A recuperação da dignidade do Estado, enquanto arrecadador de tributos, é um potencial de natureza política dessas reformas. Isso aprimora o controle e a transparência tributária e aumenta a capacidade do Estado de implantar políticas públicas. Tributar é uma escolha política. A gente escolhe a forma como faz e distribui tributos.

Todos aqueles instrumentos que o presidente Lula reconstruiu neste mandato já começaram a dar resultados. Agora, nós estamos dando mais um passo na reconstrução de um país democrático, inclusivo, e avançando um pouquinho mais no enfrentamento da desigual-

dade. Não está pronto, é um passo, o primeiro de muitos que a gente tem que dar. Mas considerando o que a gente encontrou em primeiro de janeiro de 2023, considerando o ambiente refratário às políticas que a gente quer fazer, é um extraordinário sucesso. E eu acho que a gente tem que divulgar, falar e debater isso com todas as pessoas.

E quero terminar destacando a base de dados que informa as ações do governo brasileiro em todo o país. Chama-se ComunicaBR⁴ e está na internet. Se vocês pegarem qualquer estado brasileiro, vão saber tudo que o governo federal fez até agora. Vamos ter em breve um relatório no qual a gente vai comparar o que fizemos com o que encontramos em 2022. Eu sugiro que vocês usem isso, porque pode ajudar muito no debate. ■

4 <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr>

ESTAMOS ENTRE OS PAÍSES MAIS RICOS E ENTRE OS MAIS DESIGUAIS



“Mudar esse paradoxo é a razão de ser do Partido dos Trabalhadores.”

Rodrigo Toneto
Doutorando em Economia e pesquisador do
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Quando eu estava para me filiar ao PT, lá por 2014, 2015, era um momento difícil para o partido. O debate que estava colocado nas universidades, no movimento estudantil, era de que o PT não fazia reformas estruturais. De um lado, a direita nos chamava de populistas, dizendo que a gente só se aproveitava da valorização das

commodities para fazer umas benesses aqui e ali, e, de outro lado, os companheiros de esquerda falavam que, na verdade, a gente conciliava classes e que a gente só fez cócegas no processo efetivo de concentração estrutural de renda no nosso país. Eu acho que não, por isso me filiei.

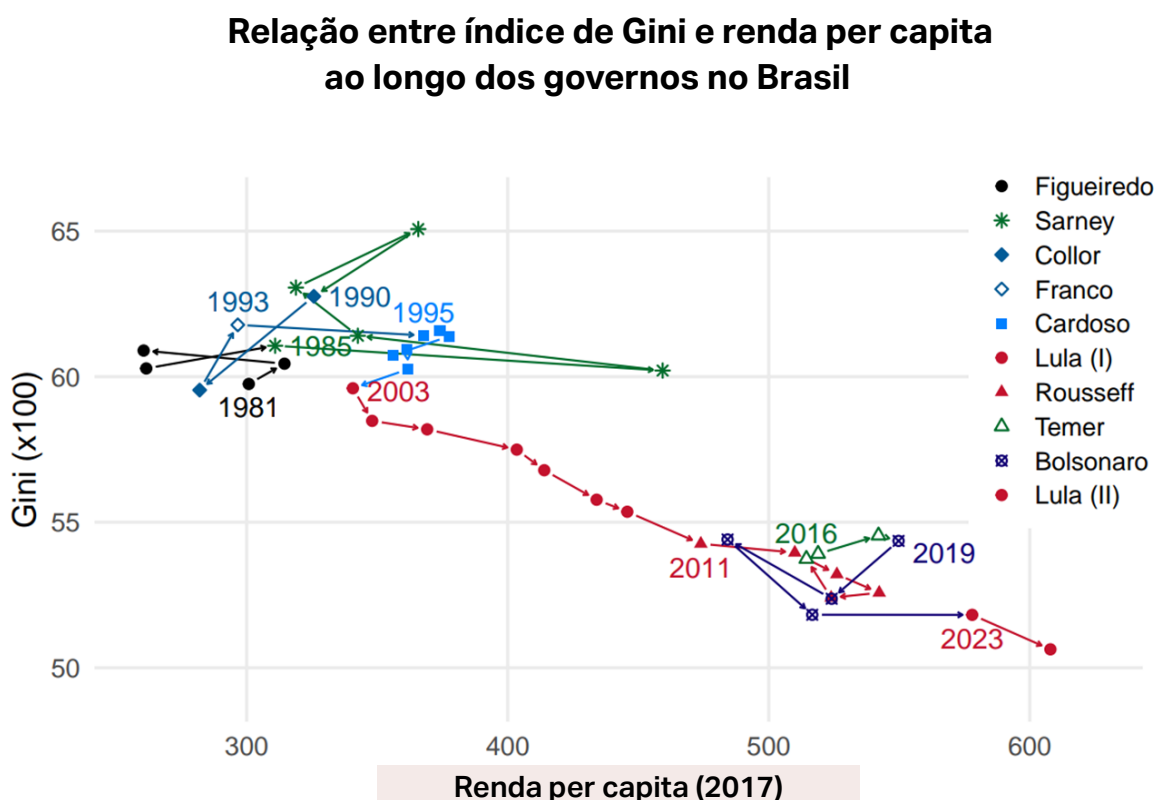
Eu acho que as cotas não são cócegas, acho que PEC das domésticas não são cócegas, acho que todo processo de distribuição de renda pela valorização do salário-mínimo, de fato, afeta a estrutura de desigualdade da sociedade brasileira. Se tem uma coisa que esse governo está fazendo efetivamente são as reformas estruturais. Acho que se a gente, um dia, teve alguma dúvida se de fato a gente está enfrentando o que a gente precisa enfrentar, hoje não nos restam dúvidas.

Este é um governo muito corajoso que, com menos apoio, com uma oposição mais violenta, conseguiu fazer o que a gente não havia conseguido fazer antes. Não sei, mas acho que todo

companheiro aqui já levantou algum cartaz pela tributação com os termos lucros e dividendos. Nós fizemos essa taxaão, nós vamos fazer. E isso é um negócio muito forte que a gente conquistou. É com esse espírito que a gente precisa entrar nesse debate.

Se formos ver os dados sobre a desigualdade no país, temos a relação entre o índice de Gini⁵ e a renda per capita. De 1985 até o final do Plano Real, tínhamos grande parte da população com renda baixa, e a concentração de poucos com renda alta, resultando numa grande desigualdade refletida no índice de Gini de quase 60, como aponta o gráfico 1.

Gráfico 1



A partir de 2003, entra o presidente Lula, e o que acontece? A renda per capita cresce e a desigualdade diminui, com o índice de Gini caindo a quase 50. Este é um processo único

na história do nosso país. É muito significativo. É pouco dentro do ponto de vista da nossa desigualdade estrutural, tem muito ainda para ser feito, mas isso é muito forte. Quando a presi-

denta Dilma é golpeada em 2016, e o que acontece? Podemos ver no gráfico: retrocedemos. Não foi à toa que nosso governo caiu. Foi, como eu sempre digo, por nossos acertos. Depois, os opositores do PT retornaram ao governo para fazer exatamente aquilo que faziam, que é aumentar a desigualdade. O presidente Lula volta em 2023, e em 2024 a desigualdade volta a cair. Então, esse é um desenho que a gente tem que ter na nossa cabeça: nos governos do presidente Lula, a renda cresce, tem distribuição de renda e a desigualdade cai. A gente sabe fazer e, em dois anos e meio, a gente voltou a fazer isso. Mas o desafio ainda é muito grande.

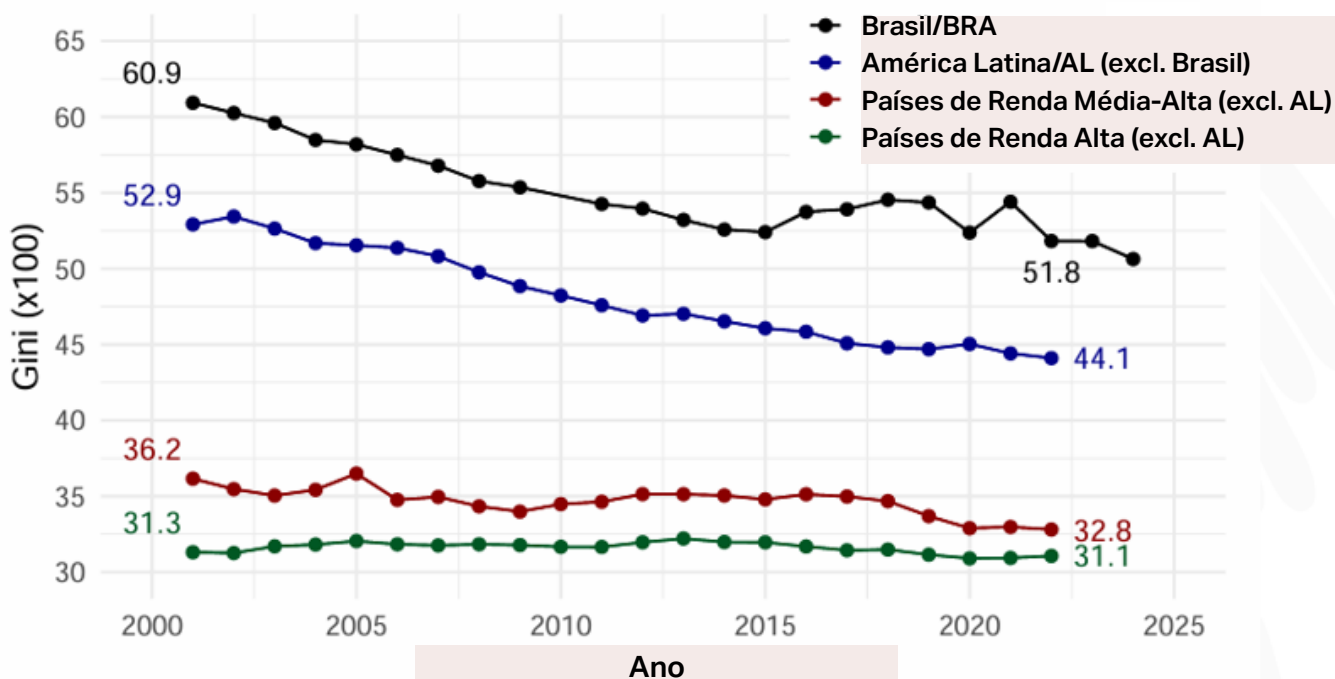
Sem os gastos públicos a situação dos pobres seriam muito pior

Nós somos o país mais desigual do mundo a depender da métrica. Como o companheiro Fernando Haddad fala, qual é o nosso drama estrutural? Somos a única das dez maiores economias do mundo que também figura na lista das dez mais desiguais. Essa é a razão de ser do PT: mudar esse paradoxo que governa o Estado e a economia brasileira.

O gráfico 2 mostra a trajetória dos índices de Gini de diferentes grupos de países. Os demais países da América Latina estão abaixo do Brasil em termos de desigualdade.

Gráfico 2

Trajетória dos índices de Gini e diferenças entre Brasil, América Latina e outros países



A América Latina é uma região marcada pela desigualdade devido a nossa herança colonial e por nossa herança escravocrata. Ainda assim, podemos ver que a distância do Brasil em relação ao restante da América Latina é muito alta, e a diferença do Gini da América La-

tina, excluindo o Brasil, para o resto do mundo é também muito alta. E impressiona ver a diferença da desigualdade que existe no Brasil em relação a outros países considerados de Renda Média-Alta⁶.

Então, os nossos desafios são, de fato, gi-

6 Países de Renda Média-Alta, classificados pelo Banco Mundial, é um grupo de países que têm renda per capita entre US\$ 4.496 e US\$ 13.935 (2024) e reúne nações como China, Brasil, México, África do Sul, Rússia, Turquia e Indonésia, caracterizados por economias em desenvolvimento, classes médias em expansão e maior integração econômica.

gantescos. Além da diferença de Gini, temos os dados sobre o quanto da renda total do país é apropriada pelos 50% mais pobres da população, e o quanto fica para o 1% mais rico. Se não existisse tributação, se não existisse gasto público e nem as políticas públicas do Estado, a situação dos pobres seria muito pior. O que acontece? Quando a gente inclui o gasto público, a renda dos 50% mais pobres sobe bastante.

Temos a tarefa de mexer nessa situação de concentração de renda, uma tarefa que a gente assumiu neste mandato, e que o presidente Lula nos deu enquanto militantes e eleitores: colocar o pobre de volta no orçamento e o rico no imposto de renda. Esse é o nosso drama, mas nosso governo é bom em gastar com a população e em distribuir renda, e retomamos isso rápido. Por outro lado, temos dificuldade em mexer com o 1% que tem muito. Quando analisamos o impacto da tributação sobre o 1% mais rico, sua renda muda muito pouco pois eles pagam poucos impostos. Esses caras têm 30% do país nas mãos deles. E o 50% mais pobre não consegue pegar nem 10%. Esse é o drama que estamos vivendo agora e o Estado tem um papel fundamental nisso.

Temos também os dados da tributação direta, do Imposto de Renda por exemplo, mas no Brasil seu impacto é bem baixo sobre a desigualdade. Já a tributação indireta, aquela sobre

o consumo, é ainda pior porque faz a desigualdade até subir, na medida em que atinge mais a população de renda menor, que gasta todo o seu orçamento para suprir suas necessidades básicas. Então, se juntarmos o efeito dos programas de transferência de renda no país, que são positivos, com o impacto da nossa tributação, vamos ver que o Estado brasileiro não consegue diminuir a desigualdade.

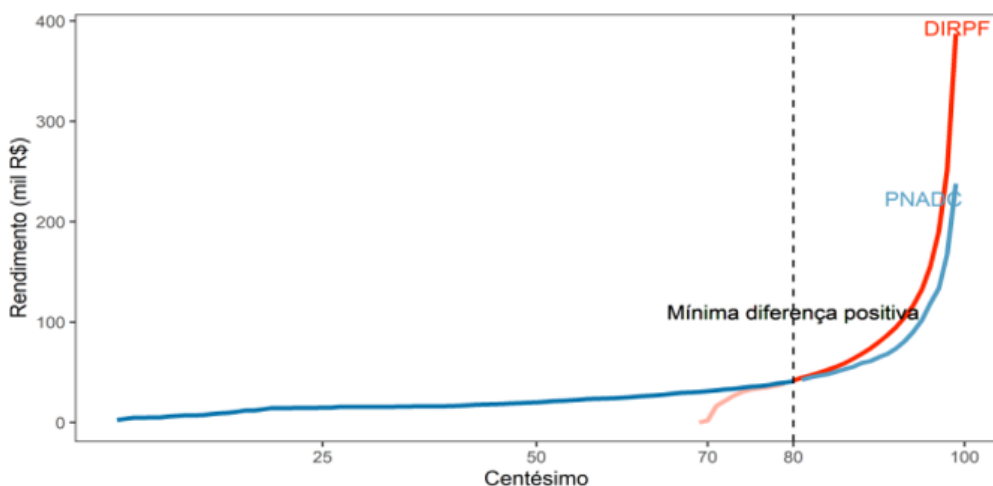
Defender os serviços públicos é defender a redução da desigualdades

Um estudo do IPEA mostra que o que mexe, de fato, na desigualdade no Brasil são os serviços públicos. A gente transfere renda para as pessoas ao garantir que elas possam acessar a educação de graça, possam acessar a saúde de graça. Esta é uma política que os governos do PT levaram a cabo, mas que os opositores tentam impedir de dar certo fazendo com que os serviços públicos se precarizem. Se com a tributação que temos não conseguimos mudar a desigualdade, com os serviços públicos de educação e saúde se muda muita coisa. Então, quando a gente pensa em reduzir desigualdade, precisa pensar em fortalecer os serviços públicos.

Ainda sobre a desigualdade na apropriação da renda no país, o problema se concentra nos 20% mais ricos da população.

Gráfico 3

Encaixe de distribuição a partir de dados da DIRPF (Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física), e da PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua)



Se pegarmos todos os brasileiros e dividir todo mundo de acordo com a renda que recebe, do mais pobre ao mais rico, e tirasse os 20% mais ricos que estão a partir da linha pontilhada no gráfico, vemos, olhando para os demais 80%, que o Brasil seria um país pouquíssimo desigual.

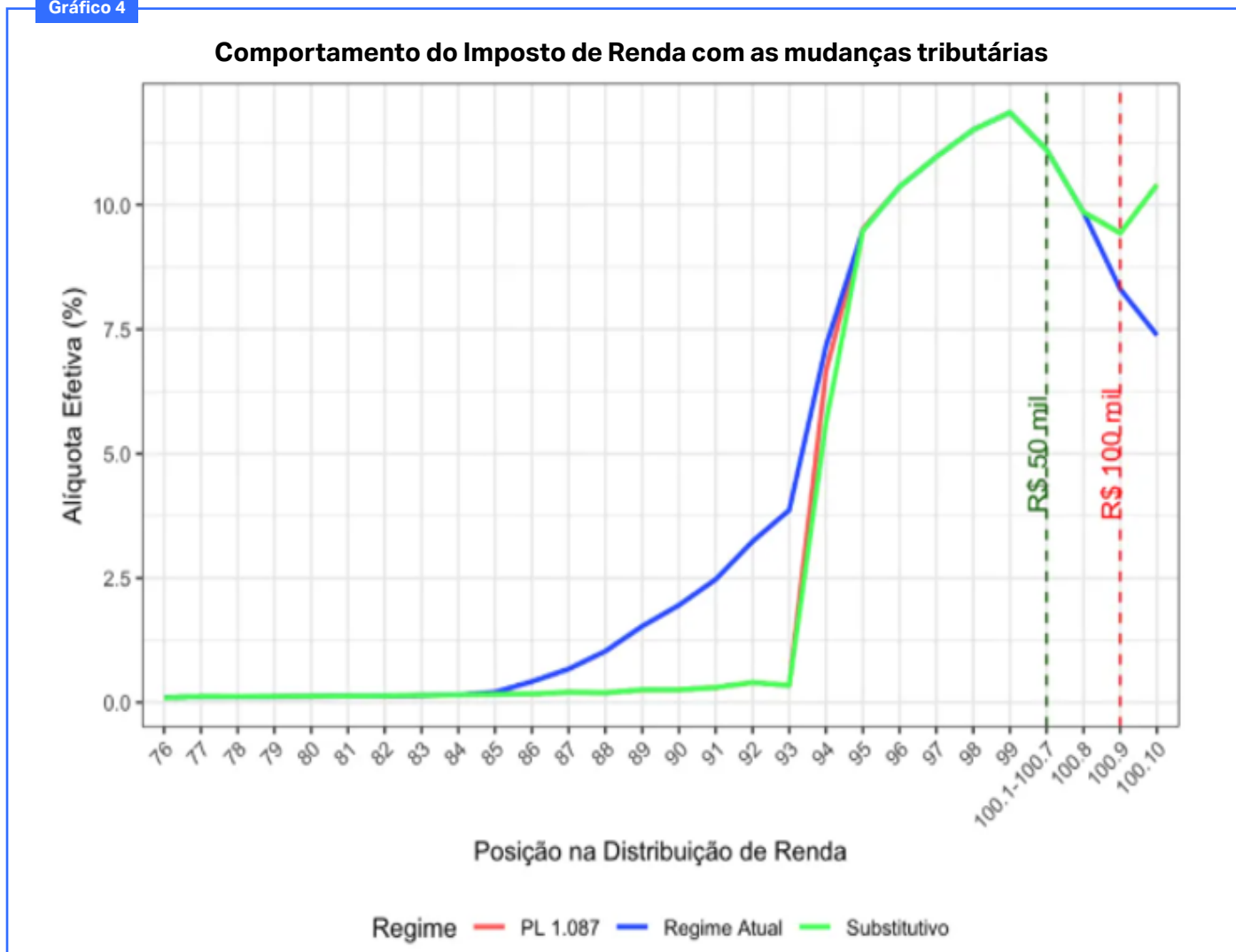
Outra coisa que se vê no gráfico, pelo eixo vertical, o dos rendimentos, é que se a gente não tivesse os dados da Receita Federal sobre o Imposto de Renda da Pessoa Física, a gente acharia, pelas pesquisas amostrais como a PNADC, que a pessoa mais rica do país ganha em torno de R\$200 mil por ano. A gente sabe que isso não é verdade, elas ganham muito mais, pois há muito rendimento escondido das declarações de Imposto de Renda. Se a parte das pessoas físicas já é difícil apurar, a parte das empresas é ainda pior.

Nós precisamos, enquanto estamos no governo, aumentar a transparência desses dados, porque, sendo públicos, ajudam a gente a fazer esse debate também. A gente não tinha ideia de qual era a desigualdade antes. Então, devemos lutar para que nossos representantes, nossos ministros, façam com que esses dados apareçam. A gente precisa colocar a política tributária nos debates, e a política precisa ser transparente para a gente conseguir fazer o enfrentamento.

Todo esse cenário mostra duas coisas fundamentais. O sistema tributário, hoje, mexe muito pouco na desigualdade, e o 1% no Brasil é muito rico em relação ao resto do povo.

O gráfico 4 é a síntese da reforma tributária que estamos falando.

Gráfico 4



A linha azul é como o Imposto de Renda no Brasil se comporta até 2026. Então, podemos ver na base do gráfico que muita gente não paga nada. A linha azul acompanha a linha verde e começa a subir nos 85% da distribuição da população. Isso significa que se a gente empilhasse cada brasileiro e fosse classificando por 1%, o pagamento de Imposto de Renda começa no 85, ou seja a grande maioria não paga, mas nós vamos diminuir ainda mais o número de pagantes. O que a gente vai fazer com essa linha azul? O que a linha verde está mostrando para a gente. Com as mudanças no Imposto de Renda, a gente puxa a linha azul para ficar com a verde até a renda de R\$7 mil. Vamos pegar 26 milhões de pessoas que estão na Azul e arrastar para baixo no gráfico e, estando na linha verde, com o novo regime, significa que elas vão pagar zero de Imposto de Renda, ou vão pagar muito menos. Isso vai permitir que elas façam muito mais coisas com o seu dinheiro, e tenham algo como um 14º salário, com grande efeito de estimular a economia. Já a linha azul, do atual regime, acompanha a verde, mas se destaca depois na área pontilhada, que é a do 1% mais rico, e cai muito porque no sistema atual quem ganha R\$9 mil paga mais imposto do que quem paga R\$900 mil. Com a reforma, a linha verde vai empinar na pontinha, onde estão os ricos, o que significa que com o novo regime o imposto para os ricos vai aumentar para compensar o não pagamento de Imposto de Renda pelos 26 milhões. Essa é a troca que estamos fazendo, 26 milhões de isenções por 141 mil que vão pagar mais. Esse é o debate que a gente tem que enfrentar na sociedade.

Somos todos contra um pouquinho de gente

Vou fazer uma digressão importante: não existe nós contra eles, existe todos contra um pouquinho de gente e que, por conta dos aparelhos ideológicos de reprodução de seu discurso,

consegue fazer a população achar que eles são muitos e que eles são muita coisa. Não fomos nós que criamos essa divisão. Eles que fizeram com que a desigualdade no Brasil fosse tão alta. A gente está só falando: "Já que vocês construíram esse sistema, paguem um pouquinho mais para ajudar a financiar o nosso Estado".

E o que a gente faz com o andar de cima? Duas coisas muito importantes. A primeira coisa é que nós tributamos lucros e dividendos. Então, todo brasileiro que recebe de uma mesma empresa mais de R\$50 mil de dividendos vai pagar 10% de Imposto de Renda sobre essa quantia. Ah, mas é muito pouco, o assalariado paga 27%. Eu acho que o centro da reforma, e isso é muito importante, é que ela estabelece parâmetros. Vamos começar com isso e cabe à nossa força política depois aumentar para 11%, 12%. O difícil é começar. E isso é uma coisa importante para se dizer para a militância que diz que essa taxa é muito pouco: foram 500 anos sem fazer isso, e agora criamos instrumentos para fazer essa cobrança. Depois, a gente pode ajustar. Saímos do zero e estamos com possibilidade de ganhos.

Em relação aos lucros e dividendos, temos a discussão das super rendas, as rendas muito altas, que são pessoas que ganham lucros e dividendos, mas também outras formas de retorno, que também são isentas. Como vai funcionar essa conta? Se você ganha mais de R\$600 mil e você não paga o mínimo de imposto, você vai começar a pagar. Se a soma de todos os rendimentos no ano for entre R\$600 mil e R\$1,2 milhão, a alíquota cresce linearmente de 0 a 10%. E, de novo, a mesma coisa para os lucros e dividendos: é pouco? Eu acho muito pouco, mas a gente está começando. Fazendo esse pouquinho que estamos fazendo, a gente vai conseguir isentar 26 milhões de brasileiros.

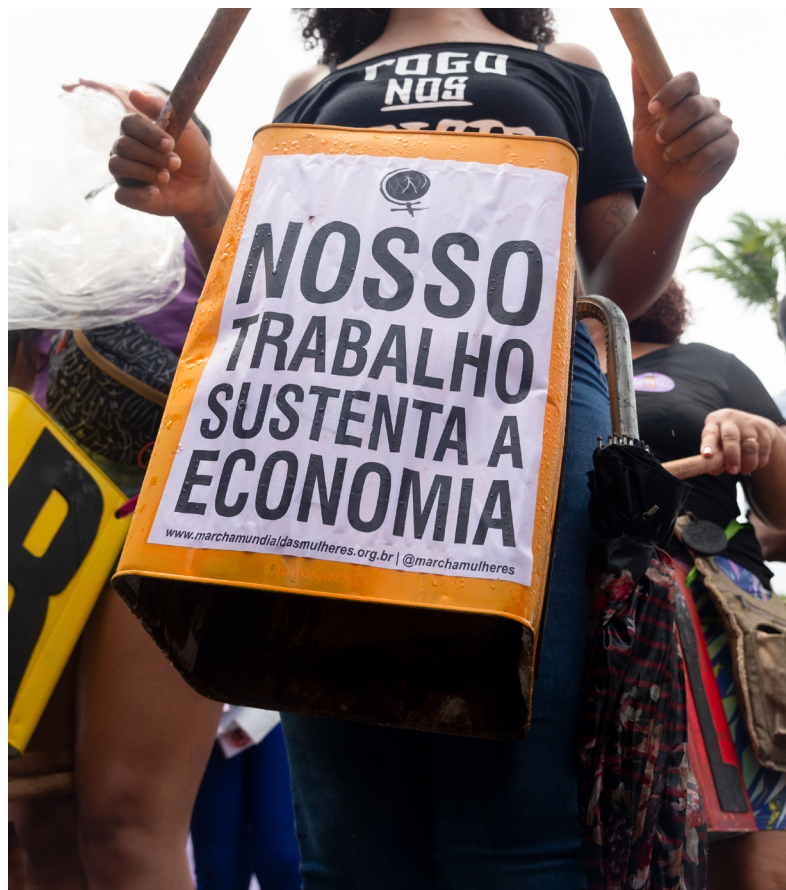
Na medida em que a gente consegue colocar esse instrumento, a gente consegue colo-

car um novo horizonte de disputa para nossa luta política. Nosso projeto foi uma grande vitória da articulação do governo e da nossa discussão com a sociedade. O Congresso mudou um pouquinho, tirou um pouquinho daqui, colocou um pouquinho ali. Faz parte, o Congresso serve para isso, mas ele não mexeu no principal e isso eu acho extremamente importante.

Riscar uma linha no campo econômico para a disputa eleitoral

Eu acho que foi muito acertado, no começo do governo Lula, o nosso lema de União e Reconstrução. A união com outras forças políticas é fundamental, mas entrando no período eleitoral, acho que a gente não tem que ter problema com a disputa e dizer onde nós estamos. Acho que a gente tem que manter uma aliança e uma conversa com as forças políticas, mas tem que mostrar para o povo que, do ponto de vista econômico, tem um campo político que impede que as políticas que beneficiem o povo avancem. Eu acho importante que, do nosso ponto de vista político, a gente risque uma linha no chão e que a gente mostre quem nós somos e quem eles são. Eu acho que isso é muito importante, porque a gente fez um processo de reconstrução de uma institucionalidade tributária, não foi só Imposto de Renda.

A gente fez reforma tributária do consumo, que isentou cesta básica e garantiu o cashback que vai devolver para as pessoas mais pobres o que elas pagam de imposto indireto. A gente tributou os fundos exclusivos, que é onde os super ricos colocam suas rendas para ganhar mais; a gente mudou o voto do CARF7(Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). Então, parece que a gente passou dois anos patinando, mas a gente foi construindo e acumulando vitórias que permitem, a meu ver, ir para a ofen-



siva nesse momento.

A gente disputou e ganhou eleição reforçando para o povo quem está com o povo. "Quem defende você é o PT", não é isso que a gente fala? E a gente tem que entender que o debate, para além do fato de que, economicamente, quem ganha menos de R\$5 mil não paga mais imposto, deve enfatizar que a gente está isentando o trabalhador. Falar que a professora vai pagar menos imposto, e que o bilionário vai pagar mais. Tenho certeza que, tirando aquelas 140 mil pessoas mais ricas, todo mundo nesse país concorda com essa medida. A meu ver, a gente não tem que ter medo dessa ofensiva, pois ela não restringe nossa capacidade de dialogar com o povo. Muita gente acha que o governo tem problema de comunicação, acho que talvez tenha, mas a política ajuda muito. E a política acertada faz com que a comunicação ajude muito também. ■

7 O CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) é um órgão colegiado do Ministério da Fazenda que funciona como uma segunda instância administrativa para julgar disputas tributárias e aduaneiras entre contribuintes (empresas/pessoas físicas) e a Receita Federal.

MANIFESTO SOBRE A TAXAÇÃO DO TRUMP

Recebemos com profunda indignação a notícia de que o governo dos Estados Unidos, liderado por Donald Trump, determinou sanções laterais a ministros do Supremo Tribunal do Brasil por sua atuação no cumprimento da lei, na defesa da nossa Constituição e da nossa Democracia. Esse gesto indevido, agressivo e sem precedentes nas relações bicentenárias de nossos países, torna-se ainda mais grave por sua manifesta motivação política, configurando uma ingerência espúria no processo democrático brasileiro e um ataque à soberania nacional. A ação penal no STF sobre a tentativa de golpe e os atentados do 8 de janeiro de 2023 transcorre devidamente no seu processo legal, inclusive, com garantia do contraditório. As tentativas de coação da Justiça nesse processo, venham de onde vierem, recebem o repúdio da sociedade brasileira. As retaliações agora anunciadas seguem-se às sanções e ameaças de natureza tarifária e comercial, que foram contaminadas por interesses políticos, quando deveriam ser objeto de negociação como propunha o governo e o setor produtivo do Brasil. Manifestamos estrita solidariedade aos ministros do STF, ao mesmo tempo em que afirmamos a defesa irrenunciável da soberania nacional e das nossas instituições. Esta é a posição dos partidos sobre os ataques ao STF.

